



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

## Produção científica sobre surdez em bibliotecas universitárias

*Scientific production on deafness in university libraries*

**Andressa Rodrigues Moreira** – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – [andressa.moreira@edu.unirio.br](mailto:andressa.moreira@edu.unirio.br)

**Ana Paula Lima dos Santos** – Universidade Federal Fluminense (UFF) – [ap\\_lima@id.uff.br](mailto:ap_lima@id.uff.br)

**Resumo:** A inclusão de estudantes não ouvintes no ensino superior tem se consolidado como um desafio relevante no campo das políticas educacionais e informacionais, principalmente no que se refere à garantia de acessibilidade e permanência acadêmica. Apresentar um panorama da produção científica brasileira sobre a inclusão de estudantes não ouvintes em bibliotecas universitárias, com foco na acessibilidade informacional como dimensão estratégica da permanência no ensino superior. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, realizada a partir do levantamento de publicações nas bases BRAPCI, BDTD e Portal de Periódicos da CAPES, no período de 2015 a 2025. Os resultados evidenciam a necessidade de políticas institucionais mais sensíveis à diversidade, e reforçam o papel das bibliotecas universitárias como agentes fundamentais na promoção do direito difuso à informação. Conclui-se que há necessidade de fortalecimento de políticas institucionais mais sensíveis à diversidade, bem como de ampliação da produção científica sobre o tema, reforçando o papel das bibliotecas universitárias como agentes fundamentais na promoção do direito difuso à informação e na construção de ambientes acadêmicos mais inclusivos.

**Palavras-chave:** Acessibilidade informacional. Surdez. Bibliotecas universitárias. Inclusão. Ensino superior.

**Abstract:** The inclusion of deaf students in higher education has become a significant challenge in the field of educational and informational policies, particularly with regard to ensuring accessibility and academic retention. This study aims to present an overview of Brazilian scientific production on the inclusion of deaf students in university libraries, focusing on informational accessibility as a strategic dimension for permanence in higher education. It is a descriptive bibliographic study based on a survey of publications in the BRAPCI, BDTD, and CAPES Journal Portal databases, covering the period from 2015 to 2025. The results highlight the need for institutional



policies that are more sensitive to diversity and reinforce the role of university libraries as key agents in promoting the diffuse right to information. It is concluded that there is a need to strengthen institutional policies that are more responsive to diversity, as well as to expand scientific production on the subject, reinforcing the role of university libraries as fundamental agents in promoting the diffuse right to information and in building more inclusive academic environments.

**Keywords:** Informational accessibility; Deafness. University libraries. Inclusion. Higher education.

## 1 INTRODUÇÃO

A trajetória histórica dos indivíduos com deficiência revela uma transição que vai da intolerância e exclusão a abordagens assistencialistas, culminando no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e na consolidação do modelo social de inclusão. Contudo, ao longo do tempo, a sociedade tem experimentado uma transformação significativa nessa percepção. Essa mudança reflete avanços culturais, políticos e sociais que reposicionam essas pessoas como sujeitos de direitos e participação plena na vida coletiva (Farias; Soares Júnior, 2020).

Na esfera nacional, a promulgação da Constituição Federal de 1988 representa um marco legal decisivo na consolidação dos direitos das pessoas com deficiência, ao incorporar princípios como igualdade, dignidade e não discriminação (Brasil, 1988, art. 205). A partir dessa base normativa, foram instituídas legislações fundamentais, entre as quais se destacam a Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão, LBI), a Lei n.º 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (Brasil, 1996, 2008, 2015). Esses instrumentos legais estabelecem diretrizes que buscam assegurar o acesso, a permanência e a participação efetiva das pessoas com deficiência nos espaços educacionais e na sociedade em geral.

Entretanto, ao direcionar a análise para os estudantes não ouvintes, observa-se que, apesar dos avanços normativos e das políticas públicas inclusivas, sua inserção no ensino superior brasileiro ainda enfrenta diversos obstáculos. Pesquisa como a de Tomelin *et al.* (2018) evidenciam que a simples matrícula desses estudantes não garante sua inclusão plena no ambiente acadêmico, uma vez que persistem barreiras de natureza linguística, comunicacional e pedagógica.



Face ao apresentado, ressalta-se o potencial das bibliotecas universitárias como agentes promotores da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência, bem como espaços de apoio à permanência de estudantes surdos no ensino superior. Ao assegurar o acesso equitativo à informação, esses ambientes contribuem significativamente para que todos os discentes, inclusive aqueles com deficiência, possam desenvolver plenamente sua trajetória acadêmica.

A escolha do tema justifica-se diante da necessidade de ampliar a visibilidade das demandas da comunidade surda no contexto do ensino superior, especialmente no que tange ao papel das bibliotecas universitárias na promoção da acessibilidade informacional. Embora as bibliotecas sejam reconhecidas como espaços estratégicos para o apoio acadêmico, a escassez de estudos que abordem, de forma específica, sua atuação frente às necessidades dos estudantes surdos revela uma lacuna relevante na produção científica da área.

Além disso, o aumento das políticas públicas de inclusão e o crescimento no número de estudantes não ouvintes nas Instituições de Ensino Superior (IES) demandam ações informacionais planejadas, acessíveis e sensíveis às especificidades linguísticas e culturais dessa população. Assim, mapear a produção científica sobre o tema contribui para o fortalecimento das práticas biblioteconômicas inclusivas, e também para o desenvolvimento de estratégias institucionais que assegurem o direito à informação, à aprendizagem e à permanência desses estudantes no ambiente universitário (Schneider, 2017).

Dessa forma, refletimos em que medida a produção científica nacional aborda a relação entre surdez, bibliotecas universitárias e acessibilidade informacional?

Considerando essas perspectivas, a presente pesquisa visa apresentar um panorama da produção científica relacionada à pessoa surda no âmbito das bibliotecas universitárias brasileiras. A estrutura deste trabalho organiza-se da seguinte maneira: a Seção 2 apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa; a Seção 3 expõe os resultados obtidos e promove sua discussão; por fim, a Seção 4 apresenta as considerações finais.



## 2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, cujo objetivo foi realizar um levantamento da produção científica relacionada à acessibilidade e inclusão de estudantes surdos no contexto das bibliotecas universitárias brasileiras. A estratégia de busca foi estruturada em duas etapas complementares. Na primeira etapa, foram utilizados descritores amplos: “acessibilidade de pessoas com deficiência” e “inclusão de pessoas com deficiência”, para identificar o universo da produção científica relacionada à temática da acessibilidade e inclusão. Na segunda etapa, foram empregados descritores combinados: “acessibilidade” AND “bibliotecas” AND “surdos” e “inclusão” AND “bibliotecas” AND “surdos”, visando refinar os resultados e recuperar estudos especificamente voltados à relação entre surdez, bibliotecas e inclusão.

As buscas foram realizadas nas Bases de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos da CAPES, no período de 08 a 10 de maio de 2025, considerando o recorte temporal de 2015 a 2025, definido a partir da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

Após o levantamento inicial, foram aplicados critérios de inclusão e exclusão, a saber: (a) publicações em texto completo; (b) produções realizadas no Brasil; (c) estudos vinculados ao contexto das bibliotecas ou instituições de ensino superior; e (d) aderência temática à relação entre surdez, acessibilidade e bibliotecas. Foram excluídos registros duplicados, produções que não abordavam diretamente o contexto biblioteconômico e estudos que, embora tratassem de inclusão ou acessibilidade, não contemplavam a população surda.

A aplicação desses critérios permitiu a delimitação da amostra final do estudo, composta pelos trabalhos efetivamente relacionados ao objeto de investigação. A análise concentrou-se no levantamento quantitativo da produção por base de dados, bem como na identificação da presença ou ausência de estudos que articulem de forma integrada os temas surdez, bibliotecas e acessibilidade informacional.



Para fins de análise e representação gráfica, os descritores relacionados à acessibilidade e inclusão foram, em alguns casos, agrupados de forma sintética, sem prejuízo da distinção metodológica apresentada na estratégia de busca.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O levantamento inicial resultou em um conjunto expressivo de registros nas três bases analisadas, configurando o universo da pesquisa. No entanto, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, observou-se uma redução considerável desse quantitativo, evidenciando que apenas uma parcela das publicações apresenta aderência direta à temática da surdez no contexto das bibliotecas universitárias. A seguir apresentamos o Quadro 1 com a síntese do processo de seleção da amostra:

**Quadro 1** – Síntese do processo de seleção da amostra por base de dados (2015-2025)

Bases de dados	Estratégia de busca	Universo recuperado	Exclusões (duplicados + não aderentes)	Amostra final
BRAPCI	Inclusão AND Bibliotecas AND Surdos	07	00	07
BRAPCI	Acessibilidade AND Bibliotecas AND Surdos	13	02 (1 duplicado + 1 não aderente)	11
BDTD	Inclusão AND Bibliotecas AND Surdos	302	Refinamento por assunto (Surdez, Surdos etc.)	37
BDTD	Acessibilidade AND Bibliotecas AND Surdos	137	Refinamento por assunto	37
CAPES	Inclusão AND Bibliotecas AND Surdos	03	01 não aderente	02
CAPES	Acessibilidade AND Bibliotecas AND Surdos	03	00	03

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

No caso da BDTD (Quadro 1), optou-se por considerar os resultados refinados a partir dos descritores relacionados diretamente à surdez, por apresentarem maior aderência ao objeto de estudo, ainda que haja sobreposição entre os termos recuperados.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, a amostra final do estudo foi composta por aproximadamente 60 trabalhos, distribuídos entre as bases BRAPCI, BDTD e Portal de Periódicos da CAPES, evidenciando a baixa incidência de estudos que



abordam de forma integrada a relação entre surdez, bibliotecas e acessibilidade informacional.

Foram identificados registros duplicados entre as bases, bem como estudos que, embora tratassem de acessibilidade e inclusão, não abordavam especificamente a população surda ou o contexto biblioteconômico, sendo, portanto, excluídos da análise final. Dessa forma, a amostra analisada corresponde aos trabalhos que efetivamente articulam os descritores propostos no escopo da pesquisa.

Dito isto, a seção apresenta os resultados do levantamento bibliográfico realizado nas bases BRAPCI, BDTD e Portal de Periódicos da CAPES, no período de 2015 a 2025, com foco na produção científica nacional sobre acessibilidade e inclusão de estudantes surdos em bibliotecas universitárias. A discussão contempla não apenas aspectos quantitativos, mas também uma reflexão à luz do referencial teórico.

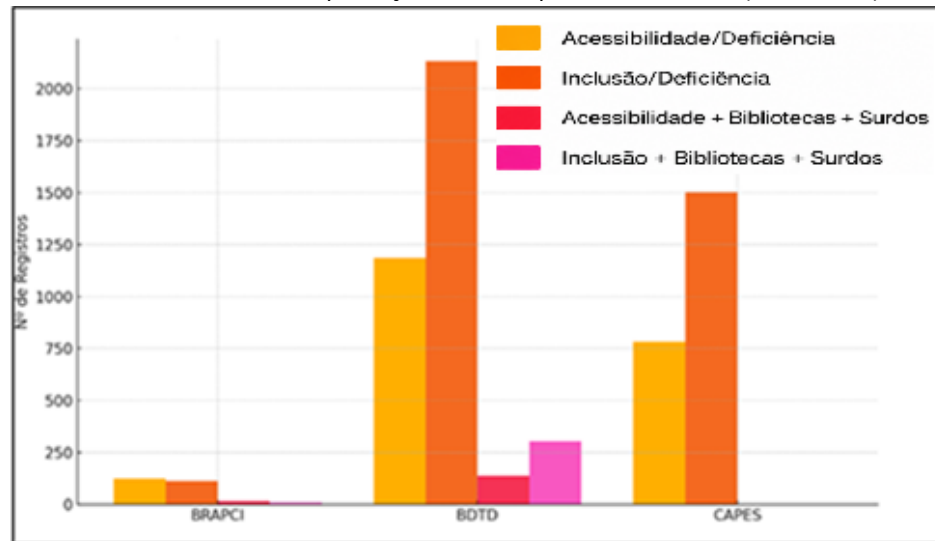
Na base BRAPCI, foram encontrados 124 registros sobre “Acessibilidade de Pessoas com Deficiência” e 113 sobre “Inclusão de Pessoas com Deficiência”. Quando aplicados os descritores combinados, observa-se uma redução relevante no número de registros recuperados, evidenciando a baixa incidência de estudos que articulam simultaneamente os temas acessibilidade, bibliotecas e surdez.

Na BDTD, os dados foram mais expressivos: 1.185 registros para “Acessibilidade de Pessoas com Deficiência” e 2.133 para “Inclusão de Pessoas com Deficiência”. No entanto, com os filtros específicos, os resultados reduziram-se para 137 documentos com a combinação “Acessibilidade AND Bibliotecas AND Surdos” e 302 com “Inclusão AND Bibliotecas AND Surdos”.

Já no Portal de Periódicos da CAPES, foram encontradas 782 publicações com o descritor “Acessibilidade” e 1.504 com “Inclusão”. Entretanto, ao cruzar os termos “Surdos”, “Acessibilidade/Inclusão” e “Bibliotecas”, foram recuperados apenas três resultados em cada caso, dos quais ao menos um não se referia diretamente ao campo da Biblioteconomia. Ressalta-se que os dados apresentados no Gráfico 1 correspondem ao universo inicial da busca, anterior à aplicação dos critérios de exclusão. A seguir apresentamos um gráfico para melhor visualização dos dados:



**Gráfico 1:** Universo da produção científica por base de dados (2015–2025)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Os dados revelam uma assimetria relevante entre a produção sobre acessibilidade e inclusão de forma ampla e aquela que aborda, de modo integrado, as bibliotecas universitárias e as demandas da comunidade surda. Essa disparidade indica uma lacuna considerável no campo da Ciência da Informação, particularmente quanto ao papel das bibliotecas na promoção da inclusão desse público.

Essa lacuna evidencia uma ausência quantitativa de estudos, ao mesmo tempo em que revela uma fragilidade epistemológica na incorporação das especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda no campo da Ciência da Informação.

Hipoteticamente, essa lacuna pode decorrer da priorização de abordagens generalistas, que negligenciam as especificidades linguísticas e culturais dos surdos (Souza; Azevedo, 2021). Tal cenário revela uma compreensão ainda restrita da acessibilidade informacional, muitas vezes limitada ao aspecto técnico, em detrimento de dimensões linguísticas, visuais e culturais.

Outro fator possível é a formação limitada dos profissionais da informação. Segundo Diniz, Almeida e Furtado (2017), além da infraestrutura acessível, as bibliotecas demandam profissionais capacitados para mediar informações de forma inclusiva. A escassez de estudos voltados à inclusão de surdos pode refletir uma formação inicial e continuada distante das diretrizes da PNEEPEI e da LBI (Brasil, 2008, 2015), que enfatizam a valorização das diferenças.



O contraste entre os dados e o aumento do número de estudantes surdos no ensino superior (INEP, 2020) evidencia um descompasso entre a realidade educacional e a produção acadêmica. Isso reforça o alerta de Tomelin *et al.* (2018) ao afirmar que a presença dos estudantes não garante inclusão plena. Nessa perspectiva, as bibliotecas se configuram como agentes centrais na mediação cultural, formação cidadã e promoção de direitos.

Essa atuação alinha-se, teoricamente, ao modelo social da deficiência (Diniz; Barbosa; Santos, 2009), que entende a exclusão como consequência de barreiras sociais, e não de limitações individuais. Na prática, isso implica ofertar materiais visuais e bilíngues, contar com profissionais fluentes em Libras, utilizar tecnologias assistivas e adotar uma postura institucional inclusiva.

Contudo, os dados demonstram que essa atuação ainda é incipiente. A escassez de publicações sobre a inclusão de surdos em bibliotecas universitárias aponta não apenas para uma lacuna científica, mas para a fragilidade das políticas institucionais voltadas à inclusão informacional. A baixa presença de trabalho no Portal CAPES (repositório da pesquisa de pós-graduação no Brasil) reforça a urgência de incorporar a acessibilidade como eixo na formação e atuação dos profissionais da informação.

Portanto, a promoção de uma política pública de inclusão eficaz passa, necessariamente, pela valorização das bibliotecas como agentes ativos na construção de uma universidade inclusiva. Para isso, é indispensável que esses espaços sejam compreendidos, também pela academia, como ambientes estratégicos na luta contra as desigualdades, dotados de capacidade para acolher, informar e empoderar sujeitos historicamente marginalizados, entre eles, a comunidade surda.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo analisou a produção científica da Ciência da Informação sobre a inclusão da comunidade surda nas bibliotecas universitárias brasileiras. Os resultados evidenciaram uma concentração de publicações voltadas à acessibilidade de forma geral, mas uma escassez representativa de 1,2% de estudos que articulem, especialmente, as bibliotecas universitárias às demandas da população surda.



Essa constatação reforça a urgência de estabelecer articulações teóricas e práticas entre a Ciência da Informação, a Biblioteconomia, a Educação Inclusiva e os saberes da comunidade surda, visando à formulação de políticas institucionais que efetivamente contemplem a diversidade e assegurem o direito à informação como fatos de permanência e equidade no ensino superior.

Recomenda-se assim, que investigações futuras se dediquem à análise qualitativa das experiências e desafios enfrentados por estudantes surdos nas bibliotecas universitárias, bem como à identificação de estratégias já adotadas em distintas instituições, de modo a ampliar a compreensão e a eficácia das ações inclusivas nesse contexto.

Cabe ressaltar que o direito à informação acessível deve ser compreendido como um direito difuso, ou seja, um direito coletivo de natureza transindividual, que transcende interesses individuais e se insere no campo da justiça social, da cidadania e da equidade educacional. Promover a acessibilidade informacional nas bibliotecas universitárias é, portanto, contribuir para a efetivação de direitos fundamentais de grupos historicamente marginalizados, reafirmando o compromisso social da Ciência da Informação com a inclusão, a diversidade e os princípios democráticos.

Por fim, embora centrado na comunidade surda, este estudo reconhece a importância de abordagens interseccionais. A incorporação de marcadores como raça, gênero e classe em pesquisas futuras poderá aprofundar a compreensão das desigualdades informacionais e contribuir para uma inclusão verdadeiramente plural no ensino superior.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15 maio 2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2026.



BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Seção 1, p. 2. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 29 abr. 2026.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8216/1/ARTIGO\\_DeficienciaDireitosHumanos.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8216/1/ARTIGO_DeficienciaDireitosHumanos.pdf). Acesso em: 29 abr. 2026.

DINIZ, I. C. dos S.; ALMEIDA, A. M.; FURTADO, C. C. Bibliotecas universitárias inclusivas: acessibilidade e oportunidades para os usuários com necessidades especiais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 1758–1780, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/881/907>. Acesso em: 29 abr. 2026.

FARIAS, A. L. S.; SOARES JÚNIOR, C. A. Evolução histórica dos direitos das pessoas com deficiência e questões associadas no Brasil. **Id on Line Revista Multidisciplinar de Psicologia**, v. 14, n. 52, p. 59-76, out. 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2683/4326>. Acesso em: 29 abr. 2026.

INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. **Censo de Educação Superior**, 2019. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: PowerPoint Presentation (inep.gov.br). Acesso em: 29 abr. 2026.

SCHNEIDER, R. **Educação inclusiva no ensino superior para alunos surdos: resistências e desafios**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/212902>. Acesso em: 29 abr. 2026.

SOUZA, M. T. G.; AZEVEDO, G. X. de. O uso de recursos visuais como metodologia para o ensino-aprendizagem de alunos surdos no ensino superior. **REEDUC – Revista de Educação da Universidade Estadual de Goiás**, v. 7, n. 1, p. 213-224, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.srvojs.ueg.br/index.php/reeduc/article/view/11354/8295>. Acesso em: 29 abr. 2026.

TOMELIN, K. N. *et al.* Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. **Rev. psicopedagogia**, São Paulo, v. 35, n. 106, p. 94-103, 2018.

